

LIVROS E REVISTAS

KEVIN LYNCH. *The Image of the City*. Publication of the Joint Center for Urban Studies, to Massachusetts Institute of Technology. Harvard University. Cambridge, 1960.

Na mesma linha de definição que faz da casa "uma máquina de morar", já se definiu também a cidade como "uma máquina de produzir". Que a cidade, pelo fato de concentrar, em uma área, pequenos elementos técnicos e econômicos de toda espécie provoque um aumento na produção de bens (e também na produtividade, que é a produção por unidade gasta) ninguém o negará; mas que a cidade seja só isso, ou mesmo principalmente isso, é coisa que cada vez mais se nega.

Todo o sópro salutar de humanismo que varre as concepções urbanísticas modernas tende a afastar da cidade êsse exclusivo aspecto materialista que a ela se quis dar. A cidade é alguma coisa de humano, de ligado ao homem, de parecido com o homem.

O curioso livro de K. LYNCH que o Centro de Estudos Urbanísticos do MIT e de Harvard publica, entra decididamente nessa

nova concepção. Porque para êle a cidade é tão humana que tem uma fisionomia própria, quase diríamos um rosto seu diferente dos que possam ter outras cidades.

Isso é de tal modo certo que se pode mesmo dizer — e já se terá dito — que as cidades têm sexo; e há cidades masculinas (Nova York é uma delas, São Paulo talvez seja outra) como as há femininas (o Rio por exemplo, Paris também). Nem sempre, porém, é fácil descobrir, através do emaranhado do complexo urbano, essa fisionomia fugaz, êsse evanescente rosto. É o que diz LYNCH, mostrando que, nesse caso, também as árvores "escondem" a floresta e não deixam ver "the shifting image" da cidade. Para enxergá-la é preciso concentrar o olhar naquilo que êle chama a "legibilidade" da paisagem urbana (*a cityscape* por oposição à *landscape*).

No seu estudo, toma LYNCH três cidades típicas dos Estados Unidos: Boston, com seu "núcleo" (*core*) antigo, histórico, com um velho perfume europeu; Jersey City, informe, com um descoordenado sistema viário e certa falta de caráter; Los Angeles, tipo de cidade "monstruosa" que o século

XX produziu, prêsa (ou libertada?) no quadriculado geométrico de suas ruas. Para examiná-las considera cinco elementos que para êle definem a fisionomia urbana: os caminhos, os limites (ou antes as juntas), os bairros, os nós urbanos e os marcos de referência.

Seria interessante procurar o equivalente desses cinco elementos característicos numa cidade de fisionomia tão excepcionalmente original como o Rio de Janeiro. "Caminhos" seriam, talvez, as ruas São Clemente e Voluntários, Had-dock Lóbo e São Francisco Xavier; "juntas", com certeza, todas as admiráveis avenidas litorâneas "onde a terra acaba e o mar começa"; nós, a praça Mauá, a praça Paris, a praça da Bandeira, a praça Nossa Senhora da Paz. Os "bairros" que no Rio de há 50 anos foram absolutamente característicos, guardam ainda, embora atenuados, os seus caracteres próprios: Botafogo, Copacabana, Tijuca, Méier. Finalmente, marcos de referência poucas cidades os terão, tão diferentes e tão expressivos: o Corcovado, o Pão de Açúcar, os morros urbanos, todos que dão à paisagem (à *cityscape*) carioca um aspecto absolutamente típico de "cidade maravilhosa".

Como se vê, o livro de KEVIN LYNCH, tão "americano" pela sua mesma inspiração, é daqueles dos quais o que se deve ler são sobretudo as margens e as entrelinhas, procurando "traduzir" em termos da cidade que se conhece o que êle diz sobre as cidades que estuda e que analisa.

Assim lido e assim considerado, é uma fonte de inspirações, um ponto-de-partida, e nisso está, sem

dúvida, o seu maior e real interesse. — Paulo Sá.

RONALD HILTON. *The Population Explosion in Latin America*. Academia Mundial de Arte e Ciência. Haia, 1964.

A publicação manifesta padrões científicos que deixam bastante a desejar, a ponto de causar surpresa a sua inclusão na obra divulgada pela Academia Mundial de Arte e Ciência. Trabalho cívico de preocupações, não difere em valor de outros trabalhos sociológicos do mesmo autor que ocupa o cargo de Diretor do Instituto Hispânico-Americano e Lusitano-Americano da prestigiosa Universidade de Stanford.

Para demonstrar a orientação tendenciosa do estudo em pauta, basta destacar a referência à "interdição pela Igreja da discussão séria sobre os problemas do controle de nascimentos" e reproduzir um trecho particularmente unilateral: "Qualquer que fôsse a influência real da Igreja nesse particular, é certo que a atitude veemente da mesma nessa questão, diametralmente oposta à sua indiferença em relação à pobreza, à tirania e à injustiça social, solapa o prestígio de Igreja Católica na América Latina. Acentua-se com efeito o sentimento de que a Igreja Católica é um embaraço e um obstáculo no caminho rumo à elevação de níveis de vida na América Latina".

O Professor HILTON tem o mérito de demonstrar quantas inexistências e quantas injustiças é possível incluir numa breve sentença.

O autor, que conhece muito bem as línguas latinas e sabe apreciar a literatura latino-americana, assume sempre uma atitude antibrasileira, anticolonial e anti-revolucionária, quando se mete a discorrer sobre assuntos que não se enquadram no campo da literatura. - *Wladislaw Fischlowitz.*

W. R. ALLEN e C. L. ALLEN (editores). *Foreign Trade and Finance*. MacMillan. Nova York, 1964.

Foreign Trade and Finance é uma coletânea de artigos originalmente publicados sobretudo nas principais revistas técnicas de língua inglesa.

Como acontece com frequência em obras desse tipo, a qualidade das contribuições selecionadas pelos editores é bastante heterogênea. São, em sua maioria, artigos mais polêmicos do que teóricos, que re-fundem, pela enésima vez, a ple-tora de argumentos que existem de ambos os lados de certas causas célebres da teoria do comércio internacional: livre comércio *vs.* protecionismo, taxas fixas *vs.* flutuantes, e assim por diante. Ao contrário da famosa antologia da American Economic Association, poucos são os artigos destinados a se tornarem leitura obrigatória para estudantes de Comércio Internacional. Levadas em conta essas limitações, no entanto, alguns dos assuntos são competentemente tratados.

A primeira das cinco seções em que se divide o livro trata das implicações políticas da teoria do comércio internacional. Assim como

as demais, principia e termina com alguns comentários dos editores. Os dois primeiros dos quatro artigos que compõem a seção repetem os argumentos, já cansados, a favor e contra o livre comércio; e as citações de HABERLER e BENEDETTO CROCE que precedem o primeiro não deixam dúvidas quanto às preferências dos editores. R. W. STEVENS, por exemplo, dá o tom da discussão ao classificar como atos de "estados nacionais, curtos de visão e de escrúpulos, empenhados em sua mútua exploração", as várias medidas a que recorrem sobretudo os países subdesenvolvidos em defesa de seus balanços de pagamento.

Já o terceiro artigo é um dos mais interessantes do livro. A despeito do constante perigo, em que incorre o economista que procura formular "profecias retrospectivas", de cair em argumentos tautológicos, K. H. HANSON apresenta uma análise estimulante dos efeitos dinâmicos exercidos sobre os principais fluxos de comércio internacional pelas alterações havidas na estrutura de recursos das várias regiões do mundo. Finalmente, o artigo de L. METZLER, acerca dos possíveis efeitos inesperados das tarifas sobre os termos de troca, é um dos poucos clássicos da teoria do comércio selecionados pelos editores.

A segunda seção se preocupa com o conhecido problema da "escassez de dólares" que tanto preocupava os economistas uns dez anos atrás. O tom continua ortodoxo: os países subdesenvolvidos não teriam o direito de acelerar o seu desenvolvimento econômico mediante a sujeição de seu balanço

de pagamentos a certos contróles baseados em critérios de bem-estar coletivo, e se essa política de desenvolvimento acelerado ocasionar um desequilíbrio mais do que apenas de curto prazo, isso não seria mais do que a manifestação particular do efeito de demonstração. Entre outros chavões nossos velhos conhecidos, encontramos o de que "sempre existe determinado grupo de taxas de câmbio capaz de equilibrar qualquer sistema plurilateral de comércio"; e a noção de que as nações desenvolvidas se devam esforçar por criar reservas cada vez maiores de liquidez internacional, como queria KEYNES, não encontra quem a defenda. Nesta seção convém mencionar o artigo de F. M. BERNSTEIN sobre os efeitos da alta produtividade industrial e agrícola dos Estados Unidos sobre os balanços de pagamentos dos demais países, análise interessante e típica da época em que ainda se acreditava que "um espirro dos Estados Unidos provocaria uma pneumonia nos países da Europa". Mas a causa estruturalista leva, sem dúvida, a pior nesta seção.

A subdivisão seguinte se ocupa com o processo de ajustamento dos balanços. Cumpre destacar a contribuição de R. NURKSE, excelente apresentação verbal do conceito keynesiano de repercussão externa, seguido, no comentário dos editôres, da conhecida apresentação algébrica do problema do equilíbrio quando são levados em conta os efeitos de uma alteração autônoma em um país sobre a renda interna, e daí sobre o equilíbrio externo, dos demais.

Na seção dedicada às taxas de câmbio predominam os conceitos

clássicos, ressalvada novamente a contribuição de R. NURKSE. M. FRIEDMAN nos proporciona uma extensa apologia chicagooana das taxas de câmbio flutuantes, isto é, da "verdade cambial", tão desacreditadas hoje em dia que sua inclusão, mesmo numa antologia tão conservadora, é um tanto surpreendente. Também presente se encontra um dos editôres com uma discussão do problema da estabilidade das taxas de câmbio, em que emprega o conceito das elasticidades de demanda recíproca, sem, no entanto, frisar sua natureza tautológica. As dificuldades de determinar essas elasticidades constituem um problema econométrico de tal ordem que a famosa "condição MARSHALL-LERNER" poderia ser muito bem substituída pelo seu reflexo: "as elasticidades de demanda recíproca são parâmetros das duas economias tais que, se sua soma for superior a 1,0, a depreciação da moeda de uma delas trará como consequência uma melhoria no balanço externo da outra". A seção termina com uma discussão do conceito de "absorção", que é um dos pontos altos do livro.

Finalmente, na parte dedicada aos movimentos de capital destacamos a contribuição de R. FRISCH sobre a matriz do comércio internacional, que tantos comentários tem provocado na literatura econômica. Foi, sem dúvida, um trabalho altamente original na época de sua primeira publicação; e o fato de serem as suas recomendações, no atual estado de maturidade política das nações desenvolvidas, algo utópicas, não lhe tira o mérito. — *Albert Hahn.*

NÉLIO REIS. *Problemas Sociológicos do Trabalho*. Livraria Freitas Bastos, Rio de Janeiro, 1964.

É com verdadeiro prazer intelectual que acabamos de ler mais uma obra de autoria do Professor NÉLIO REIS, catedrático da Faculdade de Direito da Universidade do Estado da Guanabara, sem sombra de dúvida um dos maiores mestres brasileiros em Direito do Trabalho.

Numa exposição brilhante, lúcida e bastante aprofundada submete a análise, com aproveitamento preponderante da literatura latina (muito menos da anglo-saxônica), da moderna legislação comparada e do Código Internacional de Trabalho, seis grandes setores da política social, isto é, emprêgo, desemprego, seguro-desemprego, produtividade, participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, e direito de greve.

A índole do trabalho, seu nível acadêmico e a sua atualização variam, porém, consideravelmente, de um para outro capítulo.

De modo geral, o conteúdo do livro aqui comentado não corresponde integralmente a seu título. Não se trata, com efeito, do exame sociológico, propriamente dito, do trabalho; desloca-se toda ênfase para a abordagem jurídica, apenas com algumas considerações episódicas e colaterais à sociológica, e, ainda muito mais raramente, a aspectos econômicos das questões da legislação trabalhista. É verdade que, salvo no último capítulo, foge à mera exegese interpretativa das soluções normativas, vigentes no Brasil nessa matéria, colocando sempre a sua exposição no elevado

plano de discussão doutrinária e, até filosófica.

Enquanto procurou apreciar nos demais capítulos o desenvolvimento da nossa legislação até os meados de 1964 (a despeito da falta de qualquer referência, por exemplo, ao projeto de criação do Departamento Nacional de Emprêgo e Salário, projeto esse já bastante adiantado naquela data, além de várias outras lacunas de igual relevância, achou oportuno manter intacto o capítulo, redigido em 5 de maio de 1946, e dedicado à participação salarial nos lucros, sem tomar em consideração tudo o que aconteceu, nesse particular, entre nós e no estrangeiro, nesses últimos dezenove anos.

O exame do desemprego apresenta vários defeitos, sobretudo, mas não unicamente, sob o ângulo da incidência brasileira desse fenômeno de patologia do mercado de trabalho. Salta aos olhos a definição, absolutamente errada, do conceito de *chômage frictionnel* — o qual se relaciona, na realidade, com a falta de maleável compensação dos pedidos e das ofertas de um emprêgo. Não se compreende bem como, na enumeração das causas da ociosidade de mão-de-obra, pode faltar referência ao forte impacto exercido, nesse sentido, pelo atual ciclo da revolução industrial mediante notórios processos de mecanização e automação. Do mesmo modo, não pode satisfazer a vaga e inexpressível alusão (apenas entre parênteses) à explosão populacional e às correntes migratórias internas, comprovadamente, de lado da procura de emprêgo, principais forças-motrices do desemprego brasileiro. O aumento intempestivo da

população brasileira, cujo ritmo de reprodução ultrapassa os índices de incremento demográfico de todos os países do mundo, salvo Costa Rica e República do Salvador, mereceria decerto delido exame, extensivo à análise das futuras providências de planejamento do espaço familiar. Do mesmo modo, falta a apreciação dos fenômenos de intensificada mobilidade horizontal, e, sobretudo, do êxodo rural.

Lamentamos também não poder encontrar, na definição muito estreita e já ultrapassada, do desemprego, quaisquer considerações relativas às dificuldades que enfrentam, entre nós, consideráveis contingentes de mão-de-obra, particularmente da nova geração, procurando incorporar-se na economia de trabalho (*chômage sensu lato*), com tôda atenção dispensada, unicamente, à despedida dos trabalhadores já ocupados (*chômage sensu stricto*).

Entre várias, incompletas e em parte duvidosas subclassificações do desemprego, que nos apresenta o autor, seria desejável incluir o exame dos freqüentes estados de subemprego ou "desemprego disfarçado". Enfim, a nossa recente literatura doutrinária, inclusive vários trabalhos de nossa autoria, numerosos relatórios ministeriais, mesmo além do "Plano de Ação Econômica do Governo, 1964-1966", contém tantos subsídios valiosos para o diagnóstico e a terapêutica da desocupação que não chegamos a entender bem porque o Professor NÉLIO REIS preferiu pôr de lado tôdas essas contribuições para a análise, realmente técnica e

científica, dêsse maior mal da economia de livre empreendimento.

É absolutamente falha a menção das realizações soviéticas, no setor em aprêço, encontrada pelo autor no livro de J. MARTINS CATHARINO (pág. 47). Entretanto, seria interessante estender a análise comparativa à situação existente a respeito atrás da Cortina de Ferro, apreciada em três estudos do autor desta recensão. O Professor NÉLIO REIS comete erro flagrante, interpretando o famoso "sistema de Gand" como regime municipal do seguro-desemprego (pág. 64). É muito pelo contrário, regime de cobertura sindicalista do risco econômico de *chômage*.

Não atribuímos ao autor dêsse excelente opúsculo maior culpa, quanto à omissão da histórica obra de WINSTON CHURCHILL, em colaboração íntima com WILLIAM BEVERIDGE, obra essa relacionada com a criação, em 1908, da primeira bolsa pública de trabalho, visto como se trata de episódio relativamente pouco conhecido. Pedimos vênia, entretanto, para reproduzir as palavras proferidas, naquela oportunidade, por êste grande estadista, diga-se de passagem, o principal autor do primeiro seguro-desemprego e, entre 1942 e 1945, promotor da reforma beveridgiana.

"Tôda mercadoria tem seu mercado. Ora, a mais valiosa delas, o trabalho humano, fica desprovida de mercado organizado e tem que ser oferecida de porta a porta!"

O Professor NÉLIO REIS submete, com tôda razão (pág. 62), a rigorosa crítica os dispositivos da lei orgânica (art. 167, a ser, incompreensivelmente, mantidos na re-

formulação atual da Previdência Social!). Contudo, como nos parece, contrariamente às observações judiciosas que formula na pág. 112, não empresta suficiente atenção ao âmago da questão. Por um lado, contraria todos os princípios atuariais a introdução de tal reforma securitária, de acordo com o que prevê aquele diploma legal, no período de emergência, portanto sem possibilidade de mobilização de reservas, acumuladas na fase de equilíbrio no mercado de trabalho, para fazer face às contingências da crise. Por outra parte, tal providência não se justificaria integralmente com a conservação das instituições trabalhistas de "seguridade de emprego", e, particularmente, da "estabilidade", apreciada, como nos parece, pelo Professor NÉLIO REIS de maneira excessivamente lisonjeira.

No resumo da legislação em vigor neste Hemisfério, no tocante ao seguro-desemprego, não podem passar despercebidas lacunas, quanto à referência à solução canadense, uruguaia e, sobretudo, estadunidense. É uma lástima que o Professor NÉLIO REIS não haja procurado estabelecer o balanço geral, real e efetivo, dos programas brasileiros de formação profissional. O eminente autor atribui, como se nos afigura, relevância exorbitante à distribuição nominal, em lei, dos encargos contributivos do seguro social entre os trabalhadores, os empregadores e o Estado, desprezando o conhecido mecanismo de "transferência econômica" ("shifting") desses ônus, o qual, em grande parte, anula os efeitos repartitivos, almejados pela legislação.

Todas essas isoladas ressalvas, que se referem, aliás, quase exclusivamente, às primeiras partes do livro, não afetam, de modo algum, o elevado valor desse magistral trabalho, cuja atenta leitura recomendamos tanto a todos os estudiosos dessa matéria, quanto aos encarregados da futura revisão das nossas leis trabalhistas e sociais, como estudo original e inteligente, cheio de idéias construtivas, e que não envereda pelo caminho, tão comum, de falsa demagogia pseudo-social.

Seja como for, seria muito oportuna a reedição desse magnífico livro, inclusive (a) sua atualização, eis que, depois de 31 de março de 1964, ocorreram nesse setor, alterações extremamente importantes, (b) retificação de alguns erros e (c) preenchimento de certos claros, em parte apontados nesta sumária recensão — E. F.

MOACYR VELLOSO CARDOSO DE OLIVEIRA, *O Salário-Família do Trabalhador*. Edições Trabalhistas. Rio de Janeiro, 1964.

É na literatura jurídica e sociológica fato relativamente raro encontrar um livro analítico de incontestável valor interpretativo, dedicado a determinada reforma social, elaborado por quem possa assumir responsabilidade, quase exclusiva, pela encaminhamento e pela adoção da mesma.

Tais condições interessantes reúne o livro aqui apreciado.

Ninguém ignora, com efeito, que a solução, tecnicamente impecável, do problema de compensa-

ção dos encargos familiares, sob forma original e engenhosa de salário-família, deva ser atribuído à excelente iniciativa do Professor MOACYR VELLOSO CARDOSO DE OLIVEIRA, sem dúvida, a maior autoridade nacional em assuntos da política social previdenciária.

Não é obra de simples acaso a autoria dessa interessante reforma, tão bem entrosada na filosofia social católica. Além de reunir extraordinárias qualificações técnico-administrativas, que lhe granjearam a posição-chave que atualmente ocupa na chefia do Gabinete do Ministério do Trabalho e Previdência Social, e, com certeza, futuramente, cargos de ainda mais elevado gabarito hierárquico, o autor é entre nós representante mais legítimo da corrente de humanismo cristão, favorável à reabilitação da família, inclusive mediante melhor dotação econômica dessa *cellula mater* da sociedade.

Não adiantaria, a esta altura, tecer mais uma vez considerações a respeito de tudo o que ainda possa faltar na instituição em apreço, para que fôsse capaz de atingir níveis máximos de eficiência operacional redistributiva, sem acarretar, porém, excessivos efeitos pró-natalistas, cujos perigos seria ilusório negar ou menosprezar no atual período de intempestivo e aflitivo incremento demográfico.

Não será, porém, fora de propósito acrescentar que a Lei n.º 4.266, de 3 de outubro de 1963, exerceu, no prazo limitado de sua vigência, considerável impacto sobre os rumos da nossa legislação social, como fica evidenciado, por exemplo, pela redação da Lei n.º 4.440, de 27 de outubro de 1964,

sobre o salário-educação, diploma êsse, diga-se de passagem, cheio de visíveis erros e inexatidões, inclusive quanto à reprodução totalmente contraproducente, ou, na melhor das hipóteses, inócua, de alguns dispositivos da lei anterior...

O estudo do Professor MOACYR VELLOSO CARDOSO DE OLIVEIRA é, no seu gênero, verdadeira obra-prima. Não se limita à exposição meramente jurídica, aliás, lúcida, cristalinamente clara, simples e concisa das normas da respectiva lei e do regulamento que a acompanha, cuja exegese constitui, por si só, tarefa particularmente difícil e complexa. Ao mesmo tempo, comenta, de modo muito feliz e acertado, as finalidades filosóficas dessa reforma.

Assim, o autor, que, no momento, tanto contribuiu para a reformulação da Previdência Social, extensiva à proteção social à família, reparando, no elevado sentido de autocrítica, várias deficiências da solução da lei orgânica, para cuja orientação contribuiu de modo preponderante em 1960, acaba de nos proporcionar nóvo e extremamente valioso subsídio para o acervo da nossa literatura político-social.

Primeiro e muito oportuno estudo relativo à análise da Lei n.º 4.266, de 3 de outubro de 1963, cuja virtual relevância, sob o prisma de progresso social, inexplicavelmente, não penetrou ainda, em sua íntegra, na consciência da opinião pública e, até, das classes beneficiadas, deve ser mais amplamente divulgado.

Tem que ser consultado cuidadosamente, não apenas por estudiosos dessa matéria, mas também

pelos representantes do setor empresarial onerado e do meio trabalhista amparado. — *E. F.*

IRVING LOUIS HOROWITZ. *Revolution in Brazil. Politics and Society in a Developing Nation.* Dutton & Co. Inc. Nova York, 1964.

A obra do professor da Washington University em St. Louis, autor de cinco obras publicadas e de mais uma ora em elaboração (*The Rise and Fall of Peronism*), é, por um lado, trabalho útil e proveitoso e, por outra parte, fracasso integral e lamentável.

Sua utilidade, sob o prisma do público americano, relaciona-se, com efeito, única e exclusivamente, à reprodução de numerosos estudos de autores brasileiros, como sejam, GILBERTO FREYRE, CELSO FURTADO, JOSUÉ DE CASTRO, ROBERTO CAMPOS, HÉLIO JAGUARIBE, L. A. COSTA PINTO, NEUMA AGUIAR WALKER, LUIZ SUAREZ, além de pronunciamentos políticos de GETÚLIO VARGAS, JÂNIO QUADROS, FERNANDO FERRARI, LUÍS CARLOS PRESTES, JOÃO GOULART, JACOB GORENDER. Eis tudo.

Do lado negativo, coloca-se, na íntegra, tudo quanto acrescenta aquêlê fraquinho pseudocientista, procurando interpretar os acontecimentos verificados no panorama político do Brasil nesses últimos anos.

Revolution in Brazil é uma apologia panegírica do janguismo. É difícil esgotar, numa sucinta revisão, tôdas as distorções que se assinalam na descrição do cenário nacional, cometidas pelo Professor

HOROWITZ, distorções que ocorrem, também, na análise do passado remoto do Brasil. Tôdas elas, foram impiedosamente desmascaradas em recente estudo de autoria do Professor WILLIAM FOSTER DULLES. O Professor HOROWITZ lamenta a falta de apoio dos Estados Unidos à "reforma agrária" de JOÃO GOULART, supostamente enquadrada nos princípios da Aliança para o Progresso. Destaca as vantagens políticas da espiral inflacionária. Avalia, no espírito de falsa idolatria, o pseudo-reformismo social do Governo deposto. Condena investimentos americanos na economia brasileira, alertando os políticos de Washington a abanarem sen jôgo de "mudos, surdos e cegos" em relação aos homens de negócios americanos, os quais mediante "remessas excessivas" solapam recursos nacionais, sem contribuir de modo algum para a elevação dos níveis de existência do povo. "A lé cega no militarismo, como instrumento básico de Anticomunismo, e a ajuda prestada a essa corrente" aligeram-se ao autor "ficção ingênua e perigosa". Acredita, outrossim, na divisão das forças armadas brasileiras, cuja considerável "ala radical" estaria mais afim à ideologia de extrema esquerda.

O Professor HOROWITZ não procura identificar razoavelmente o perfil doutrinário de JOÃO GOULART. Se tivesse feito verdadeiro esforço intelectual nesse sentido, teria chegado, com certeza, à conclusão de que, sem ser pessoalmente comunista, antes peronista, nasserista ou sukarnista, portanto sem qualquer vinculação com o movimento de genuína democracia so-

cial, entrou no caminho arriscado de cooperação íntima com o Marxismo de tôdas as matizes.

Como podemos explicar todos êsses evidentes e flagrantes erros na interpretação do Brasil de 1964 pelo Professor HOROWITZ? Não podemos simplesmente atribuí-los a lacunas de documentação, pois é de supor que, lançando-se em tal empreendimento, o cientista americano não deixou de concentrar em suas mãos todos os elementos de informação nessa matéria.

Será que pôde ignorar o abismo que separa a demagogia estéril de JOÃO GOULART, que não conseguiu pôr em execução sequer um ponto isolado de seu estratosférico programa de "reformas de base", por um lado, e, por outra parte, as primeiras realizações de progresso social institucional, levadas a efeito, em poucos meses, por iniciativa do Presidente CASTELO BRANCO.

A idolatria do janguismo constituiu, assim, em última análise, expressão visível do impacto de falsos *slogans* extremistas de JOÃO GOULART, os quais encontraram inesperada receptividade na mentalidade política extremista do autor de *Revolution in Brazil*, incapaz, mesmo sob o prisma de sua tendenciosa filosofia "progressista", de separar o joio do trigo...

Pouco adiantaria saber a data exata em que foi concluído o infeliz livro do Professor HOROWITZ: se antes ou depois da reviravolta ocorrida em 31 de março de 1964. Seja como fôr, na abundante literatura americana dedicada ao estudo científico do Brasil dos nossos dias — a ser enriquecida, em futuro próximo, com a

publicação da impressionante monografia biográfica de GETÚLIO VARGAS, obra do Professor WILLIAM FOSTER DULLES — a contribuição do Professor HOROWITZ apresenta defeitos flagrantes e sumamente lamentáveis. — E. F.

CARL K. EICHER, LAWRENCE W. WITT. *Agriculture in Economic Development*. Mc-Graw-Hill Series in Development. McGraw-Hill Book Co. Nova York, 1964.

O livro é uma coletânea selecionada de artigos de grandes economistas de nossos dias. Mostra as idéias correntes acêrca de novos pontos-de-vista no campo da agricultura e a enorme importância do setor agrícola no desenvolvimento geral de um país ou área. A idéia central é de que não existem exatamente países desenvolvidos e subdesenvolvidos, mas, sim, que todos os países se encontram em diversos estádios de um mesmo processo de desenvolvimento.

O tema principal que o livro procura transmitir é a inter-relação entre a agricultura e todos os outros aspectos do processo de desenvolvimento econômico. Não visa o trabalho, entretanto, a apresentar um plano para o desenvolvimento agrícola mundial, mas colecionar as idéias e opiniões de economistas famosos acêrca do assunto. Os artigos abrangem tôdas as categorias de desenvolvimento, sendo por isso de interêsse internacional, independentemente do nível econômico em que se encontra o país do leitor. Além disso, os artigos esclarecem os métodos e técnicas mais comuns para ini-

ciar e acelerar a mudança econômica em países nos mais diversos estádios do processo de desenvolvimento. O livro pode ser usado como material de pesquisa, como suplemento de estudos e textos existentes, como leitura, ou como um manual para cursos de desenvolvimento econômico.

A agricultura ocupa mais da metade da mão-de-obra mundial, e entre um quarto e metade da produção de uma nação em desenvolvimento, sendo, pois, fácil de compreender a importância do papel que desempenha para o progresso econômico de qualquer região.

Além do papel da agricultura como esteio do progresso, os economistas de todos os países se preocupam em estudar as adaptações que devem ser feitas no setor agrícola para que este possa acompanhar o processo geral.

O livro tem sua importância aumentada pela tendência generalizada que existe em nossos dias para estudar determinados problemas em compartimentos estanques, sem relacioná-los a um contexto geral, o que é um resultado da era da especialização. Por isso se sugere que a economia da agricultura seja encarada dentro do panorama econômico geral.

O livro divide-se em quatro partes. A primeira analisa a agricultura e o desenvolvimento econômico dentro de uma perspectiva histórica. Na segunda, é discutido o problema de estatísticas, cifras e quantidades e sua importância para a planificação. A terceira mostra como a agricultura foi redescoberta na literatura teórica de nossos dias, e o valor da teoria, ou seja, teoria econômica da agricultura.

A quarta mostra problemas práticos, ou de agricultura aplicada.

É sabido que o progresso da agricultura ocorre dentro de um contexto político-social, e que este é influenciado por fatores de ordem social, cultural e política. Entretanto, estes fatores não foram aqui estudados, por não ser do conhecimento dos autores quaisquer artigos neste sentido que representassem uma contribuição importante.

Cada seção do livro é precedida por uma introdução que faz a interrelação entre um capítulo e outro. — *Eurico de Andrade Neves Borba.*

Africa in Motion. The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science. Filadélfia, 1964.

O tema África é mais do que nunca atual.

O acordar do Continente negro, manifestado na independência de suas colônias (17 tornaram-se soberanas após 1960), leva o panorama internacional a sofrer mudanças, quer no sentido do Terceiro Mundo, quer no sentido das comunicações culturais que passam a respeitar a expressão negra.

É, pois, oportuna a presente publicação, consequência da reunião da American Academy of Political and Social Science, realizada em Filadélfia em abril do ano passado e que teve como motivação principal a África.

A essa reunião compareceram vinte e quatro países, quatorze organismos da ONU, cento e sessenta e seis Universidades e outras entidades, perfazendo mil partici-

pantes. Foi a mais concorrida reunião de tôdas quantas a Academia já promoveu.

The ANNALS é um conjunto de quinze estudos sobre a África, focalizando os seguintes aspectos: África e USA; Desenvolvimento cultural da África; África e URSS; Experiências da Democracia na África, e África e ONU.

Vamos acompanhar os temas apresentados por NIKOLAI FEDORENKO e G. MENNEN WILLIAMS, delegados da URSS e dos EE.UU. na reunião.

Os Estados Unidos, que até a Segunda Guerra tinham dezesseis legações na África, hoje possuem cinquenta e oito. Este interesse teve início no governo Roosevelt, quando, para a guerra, os aliados necessitavam de materiais estratégicos que a África possuía e de pontos de seu território como bases para distribuição de tropas e armas.

A política norte-americana atual dá ênfase, sobretudo, ao reconhecimento da independência dos países africanos, com o imediato estabelecimento de legações. (Em Mali, 1960, JOHN DEAN, levando a bandeira e a constituição norte-americana, estabeleceu-se em um hotel como Embaixador dos EE.UU, somente 24 horas após a declaração de independência daquele país.)

ROOSEVELT, KENNEDY e JOHNSON compreenderam a importância da África no mundo de hoje. Incrementaram as relações com os países africanos, deram ajuda e criaram organismos nos EE.UU. encarregados somente de pensar na África, Estados Unidos e África.

FEDORENKO começa seu estudo sobre as relações afro-soviéticas focalizando o que representou para

os países do mundo, como anseio de libertação, a revolução russa de 1917. Segundo ele, a União Soviética estava, pois, ligada aos países africanos já pelo exemplo e incentivo da libertação.

Se os EE.UU. se voltaram para o reconhecimento das independências, a União Soviética deu mais ênfase à política de emancipação africana, defendendo a liberdade daquele Continente na ONU, diz FEDORENKO. A par disto, a União Soviética contribuiu economicamente para alguns países recém-libertados, prestando também cooperação de caráter técnico e cultural. (Lembramos aqui a Universidade Patricio Lumumba.)

As duas grandes potências reconhecem a importância atual da África ao afirmar: "A África não é mais um Continente em silêncio" e "grandes e pequenos problemas do mundo de hoje não podem ser solucionados sem a participação da África".

Êstes dois ensaios merecem a atenção dos estudiosos da África, pelos dados que encerram, embora, reconheçamos, estejam impregnados de juízos de valor.

Sob o título "The Influence of Africans on American Culture", JOHN A. DAVIS (líder da integração racial dos EE.UU.) passa a analisar aspectos culturais marcadamente africanos existentes nos Estados Unidos. DAVIS vagueia pela dança, música, literatura, artes americanas em geral, vendo o que têm de influência africana, que, aliás, atinge também atitudes e comportamentos.

THOMAS PATRICK MELADY (EE.UU.) examina em seu trabalho, "The Sweep of Nationalism

as emancipações, as explosões de in África”, de maneira detalhada, nacionalismo na África e a extensão deste nacionalismo nos dias de hoje.

Em 1945, registra MELADY, quando da fundação da ONU, somente quatro países africanos se apresentaram: Egito, Etiópia, Libéria e África do Sul, e assim mesmo só poderiam “ser classificados como países independente”. Dezenove anos mais tarde, há trinta e sete nações livres no Continente africano.

O nacionalismo modificou completamente a configuração desse Continente. Hoje em dia, só algumas possessões ainda resistem à sua força. Angola, Moçambique, Guiné Portuguesa são exemplos marcantes. Afóra Portugal, os demais países que tinham colônias na África consentiram em sua libertação política, como é o caso da Inglaterra e da França, na verdade, porém, ficando ainda com o supremacia econômica em suas antigas colônias.

EDMOND C. HUTCHINSON (EE.UU.) — Administração da Agência para o Desenvolvimento Internacional na África), tratando da ajuda americana à África, levanta uma questão que é igualmente apreciada por outros autores: a cultura africana e suas diversidades.

HUTCHINSON vê essas diferenças em relação ao plano econômico, concluindo que da diversidade africana vem a impossibilidade de se estabelecer uma política única de ajuda ao desenvolvimento da África.

A África apresenta múltipla diversificação em diferentes campos.

Na estrutura social marcadamente tribal, as diferenças entre as tribos, as diferenças de língua, de crenças. A economia, caracterizada de subsistência, exige um processo longo de maturação; o analfabetismo atinge 90 e 95 %; os sistemas de transportes são precários; desiguais as distribuições dos recursos naturais (petróleo na Líbia, ferro na Libéria, Maurifânia, Gabon, bauxita na Guiné, etc...)

Estas características exigem que cada país descubra suas soluções e que as ajudas externas respeitem as especificidades de cada área.

Em relação à estrutura tribal, encontramos um maior aprofundamento no estudo de COLIN M. TURNBULL (EE.UU.), “Tribalism and Social Evolution in Africa”.

Com efeito, TURNBULL considera que a flexibilidade do sistema tribal propicia enorme força de adaptação a um novo sistema, aceitando plenamente as mudanças. As relações de trabalho que se estabeleceram entre as tribos leva, segundo TURNBULL, ao seguinte resultado: “It resulted in the destruction of a certain amount of tribal orthodoxy and tribal customs, but it led to a change of the total tribal system and an extremely healthy one for the new nation” (pág. 31).

Temos ainda na presente publicação estudos sobre as relações entre a África e as Nações Unidas. “The Role of Africa in the United Nations” é o trabalho de THOMAS HONET, JR. (EE.UU.) que analisa a participação dos países africanos na ONU.

HONET estuda de maneira especial a emergência dos países africanos na ONU, nos últimos oito anos. Até então, os países que tinham assento na Organização não possuíam uma política própria, mas eram simples votos de determinados dos grupos políticos internacionais. Com o surgimento da independência africana, esses países passaram a ser considerados e articularem entre si uma coordenação, logrando assento em diversos Conselhos das Nações Unidas.

"The United Nations and Colonialism in Africa" foi o tema estudado por ROY WELENSKY, membro em diferentes oportunidades do governo da Rússia do Sul, como ministro em várias pastas.

WELENSKY lembra que o colonialismo na África teve um grande impulso após a segunda guerra e faz severas críticas à Inglaterra, França, Bélgica, Holanda, Espanha, Portugal e Itália, por terem sido responsáveis por este mesmo impulso.

Examina o autor alguns aspectos dos conflitos internacionais criados na África, onde as Nações Unidas tiveram de intervir diretamente, e os longos debates havidos em suas Assembléias-Gerais pela emancipação dos países africanos.

Concluindo esta breve apreciação, recomendamos aos estudiosos da questão africana a leitura atenta dos estudos acima considerados, pelos novos e interessantes dados que nos apresentam para o conhecimento objetivo dos problemas e realidades do Continente negro. — *Arindo Gomes de Souza.*

FERNANDO DE OLIVEIRA MOTA.
Manual do Desenvolvimento Econômico — uma abordagem problemática. Editora Fundo de Cultura. Rio de Janeiro, 1964.

Por "abordagem problemática" entende o autor (economista da SUDENE e do Banco do Nordeste do Brasil) "uma tentativa metodológica no sentido de conferir maior "praticidade" à teoria econômica" (pág. 337), seja dando "maior atenção nos trabalhos sobre as economias subdesenvolvidas e/ou sobre o desenvolvimento, em geral, aos fatores histórico-culturais", seja demonstrando "preocupação, cada vez mais generalizada, pelos problemas de planejamento regional".

Dai uma dupla atitude metodológica na análise do processo do desenvolvimento: científica, por um lado, mediante a utilização do instrumental que nos oferece a Ciência Econômica, e crítica, por outro, no tocante às limitações daquele instrumental no contexto das situações concretas. Dupla atitude que tem dois méritos: "o de atenuar os efeitos das distorções ideológicas, podendo o estudo do desenvolvimento ser feito de um ponto-de-vista neutro, e o de evidenciar que os trabalhos de planejamento econômico dependem, necessariamente, não somente dos economistas, mas também dos demais cientistas, sociais e outros" (pág. 338).

É essa tarefa realizou-a OLIVEIRA MOTA de maneira bem satisfatória. Em estilo sereno e claro, com pleno domínio do assunto e da respectiva bibliografia científica, nacional e internacional, con-

duz o leitor de uma "visão geral" acerca das sucessivas teorias do desenvolvimento -- a dos clássicos (ADAM SMITH, RICARDO), a do marxismo, a dos neoclássicos (ALFRED MARSHALL), a dos pós-keynesianos (HARROD, DOMAR), a de SCHUMPETER, -- à descrição e análise do desenvolvimento (1.ª parte), onde em umas duzentas páginas estuda cinco processos históricos de desenvolvimento (o britânico, o americano, o australiano, o japonês e o soviético), passando então ao exame dos "fatores condicionantes do desenvolvimento" (2.ª parte): recursos humanos, recursos naturais, conhecimento e tecnologia, capital, fatores culturais. Termina com uma 3.ª parte consagrada à "política e programação do desenvolvimento".

Só lamentamos que o autor não haja podido aliar à sua notável precisão e clareza, dose igual de concisão, que tornasse o livro menos volumoso e, portanto, o seu preço menos proibitivo, especialmente para os bolsos estudantis. — *Pedro Calderan Beltrão, S. J.*

WILLIAM JACSON. *Les Noirs Sauveront les Blancs*. Editions du Sagittaire. Viena, 1960.

O autor, médico, antigo deputado por Nancy, estudioso das coisas franco-africanas, descreve com bastante pitoresco a travessia que fez, com a Sra. JACSON e mais dois companheiros, num 4 CV Renault, tipo Prairie (que os viajantes apelidaram de Bonla — o que significa "revelação" em tonga), partindo de Nancy e chegando a Lambaréné. Com a narração dos episódios da viagem, alguns cômicos

(como o da lavagem da louça do jantar, feita à noite, com as linguas, pelas gazelas do deserto), outros assustadores (como, além da Tamanrasset, a tempestade de arcia, tomando, no deserto, "uma proporção de loucura"), estende-se o Dr. JACSON por longas digressões de fundo etnológico (discutindo a origem e a formação dos povos tão diversos que ocupam hoje o Continente africano), de fundo político (procurando, sobretudo, mostrar a ação colonizadora da França no seu antigo Ultramar), de fundo moral e religioso (salientando a ação admirável, mais em profundidade do que em extensão, das missões religiosas num Continente que, na frase de um de seus jovens estadistas, "tem os pés no neolítico, e a cabeça na era atômica").

R. D. CIARQUES. *Pequena História da Rússia*. (Tradução de Carlos Chaves). Livraria Pioneira Editora. São Paulo, 1964.

Trata-se de uma visão panorâmica da história da Rússia desde as origens até a época de STALIN, procurando destacar os traços essenciais dessa evolução. Em se tratando de obra de divulgação, é natural que se verifiquem omissões, principalmente quanto à história econômica e à evolução cultural, bem como sejam apresentadas como resolvidas importantes questões em torno das quais as controvérsias ainda prosseguem.

Poderíamos criticar a ênfase excessiva dada pelo autor aos períodos do governo dos tzares e à atuação dos mesmos, apresentada como explicação decisiva para qua-

se todo o processo histórico russo. Justifica-se, porém, tal orientação, não apenas em função de toda uma longa tradição historiográfica, mas também pelo objetivo primordial de tornar compreensível ao leitor comum a totalidade de uma história das mais complexas e originais.

Apesar de tudo, não há dúvida de que o autor conseguiu apresentar de maneira bastante sintética o que há de mais importante na história política e, até certo ponto, social da Rússia. Merecem relêvo os capítulos sobre "Ivã, o Terrível" (pág. 59), "A Época das Dificuldades" (pág. 80), "A Era de Catarina" (pág. 145), nos quais a preocupação com os fatos políticos cede algum lugar à caracterização da sociedade.

Os melhores capítulos, porém, são os que tratam do século XIX e início do século XX, principalmente da primeira metade do século XIX, com o título de "O Gendarme da Europa". Demonstra sempre o autor estar em dia com a bibliografia mais recente, muito embora cite apenas pouquíssimos livros no final da obra. Tendo-se em vista a carência de livros como este, em português, não é difícil concluir da sua importância e utilidade para os estudantes de história e o público em geral.

LIONEL KOCHIAN. *The Making of Modern Russia*. Pelikan Books. Londres, 1963.

Trata-se de excelente resumo da história da Rússia, abrangendo em notável síntese toda a evolução que se estende desde as origens eslavas até os dias mais re-

centes. Em estilo conciso, o autor apresenta com grande clareza as linhas mestras da história russa, demonstrando ao mesmo tempo perfeita atualização com o que há de mais novo em matéria de bibliografia sobre a Rússia e sua história. Apenas a parte mais recente nos pareceu resumida em demasia mas, em compensação, o estudo das diferentes épocas até o início do século XX oferece ao leitor o que há de mais importante sobre cada uma delas.

Excelente a correlação entre os aspectos políticos, sociais e econômicos, fugindo, portanto, em parte, à preocupação quase exclusiva com a narração dos fatos políticos, já tradicional na maioria dos livros desse tipo.

Cumprе ressaltar, ainda, a correlação que o autor estabelece entre a evolução de cada período, especialmente durante o século XIX, e as suas manifestações literárias, artísticas e ideológicas, num tipo de estudo muito raro em toda a bibliografia relativa à história da Rússia.

Considerando as dimensões reduzidas da obra e o seu objetivo de divulgação, embora em nível científico, não hesitamos em afirmar que se trata de um dos melhores livros já publicados sobre o assunto, justificando-se, portanto, sua tradução para o português.

B. BUNTING. *The Rise of the South African Reich*. Penguin Books, Londres, 1964.

Conforme o título indica, procura o autor estudar e documentar a evolução da África do Sul em função de vaga crescente de um ra-

cismo e de um totalitarismo impiedosos. Num paralelo com as concepções básicas que caracterizaram o nacional-socialismo germânico, o autor estuda as origens e a evolução até os dias atuais de nacionalismo sul-africano, isto é, aquilo que eles denominam de "nacional-cristianismo". Como porta-voz dessa ideologia, é naturalmente o Partido Nacionalista que concentra a atenção do autor, ao analisar o processo político sul-africano, embora outras organizações igualmente racistas sejam examinadas.

É a história do domínio em moldes "democráticos" de uma minoria solidamente organizada sobre uma maioria desorganizada; de um sistema político, social, econômico e ideológico aguerrido e disposto a tudo, contra as inevitáveis divergências e variações de seus adversários. Por métodos democráticos, parlamentares, instala-se uma minoria decidida, e, em pouco tempo, vão sendo executadas, com fria decisão, as suas concepções absurdas e desumanas em proveito único e exclusivo dessa minoria, que se sente dia a dia mais minoria.

Fica para trás a democracia, prevalece agora a intolerância, o racismo mais brutal, desaparecem as liberdades, implanta-se o Estado policial. Em nome do nacionalismo e do cristianismo, toda oposição é impedida e punida sob a acusação de traição e, após 1948, de comunismo.

O autor põe a nu a chamada política do *apartheid* em toda sua hediondez. Após mostrar o processo do crescimento e tomada do poder, inclusive as íntimas relações

com o nazismo durante o período de 1933 a 1945 (basta dizer que os que combateram ao lado dos aliados são considerados traidores e os que sabotaram o esforço de guerra foram feitos heróis), o autor analisa a estrutura ditatorial do Partido Nacionalista, sua máquina, que abrange a educação, a economia, os meios de divulgação, a administração, os esportes, a juventude, as atividades profissionais, o direito de residir, de locomover-se, de reunir-se, de expressar convicções políticas e religiosas.

Chega a ser cômico, ou tragicômico, saber-se que o filme "Men from Brazil", do Rearmamento Moral, foi proibido por apresentar negros e brancos em convivência normal; ou que, no filme "Oceans II", SAMMY DAVIS JR., descendo uma rua ao lado de FRANK SINATRA e JOHN WAYNE, foi suprimido, e aqueles dois aparecem ao lado de uma mancha negra, informe, pois dois brancos não podem andar acompanhados por um negro.

Seria extremamente longa a lista de livros proibidos, de jornais fechados, de intelectuais punidos. Até um panfleto de UNESCO (da ONU, portanto) — *Roots of Prejudice* — foi banido. É lamentável que não haja uma tradução desta obra de B. BUNTING para o português, a fim de que nosso público pudesse conhecer melhor a realidade sul-africana.

J. LARTICOLLE. *Vocation Chrétienne du Travailleur Moderne*. P. Lethielleux, Editeur. Paris, 1964.

O autor procura definir como uma *mediação* entre o mundo ma-

terial e o espiritual a função do trabalho no mundo. Composto de espírito e de matéria, o homem pelo seu trabalho deve exprimir a ligação entre o Criador e as Criaturas. A essa função própria do "trabalhador" (entendido o termo no seu sentido mais amplo) pro-

cura opor-se o "Príncipe deste Mundo", fazendo com que o homem transforme o seu trabalho num instrumento de libertação de Deus. A essa ação satânica, responde a missão "redentora" (nesse significado também) do Cristo trabalhador.

"ANÁLISE DE PROBLEMAS BRASILEIROS" —
Eugênio Gudín

Acham-se reunidos, nesse livro, artigos selecionados, publicados no jornal "O GLOBO" do Rio de Janeiro e nos Diários Associados de várias cidades do país, durante os anos de 1958 a 1964, pelo professor Eugênio Gudín.

Para aqueles que viveram no Brasil durante esse período, não carece o livro de apresentação, tal a lembrança do prestígio, da penetração e do acolhimento de que eram objeto as palavras do eminente publicista, aguardadas cada dia, com ansiedade, pela maioria dos setores responsáveis da Nação, como o ferrête em brasa, com que eram impiedosamente causticados atos e rumos de governos divorciados da tradição, dos ideais e dos anseios do povo brasileiro.

Para aqueles todavia que, de futuro, desejarem conhecer e estudar as vicissitudes, as deformações e os riscos a que foi conduzido o país durante o período em referência, aponta-se este livro como precioso e indispensável manancial de análise crítica sobre as diretivas adotadas pelos governos de então, crítica essa que não se limitou à tarefa de enumerar e focalizar problemas do momento, mas cuidou também de propor para eles adequadas soluções; que não se cingiu em considerá-los à luz apenas do cenário brasileiro, mas também em circunstâncias comuns aos países subdesenvolvidos, e, em particular, aos da América Latina.

O pensamento e a palavra de Eugênio Gudín, fixados neste livro, refletem portanto os mais variados matizes de sua vasta erudição, manejaos através de rara sensibilidade e do precioso colorido de seu espírito.

Pedidos à livraria de sua preferência ou à

Livraria **AGIR** *Editora*

R. Bráulio Gomes, 125 (ao lado da Bibl. Mun.) Tel.: 34-8300	R. México, 98-B Tel.: 42-8327	Av. Afonso Pena, 919 Tel.: 2-3038
Caixa Postal 6 040 São Paulo — S.P.	Cx. P. 3 291 — ZC-00 Rio de Janeiro Guanabara	Caixa Postal 733 Belo Horizonte Minas Gerais

Atendemos pelo Serviço de Recombólso Postal